

Legitimidade na ação civil pública e os anteprojetos de Código Brasileiro de Processos Coletivos
por Humberto Martins
pág. 5



Enfam em novo endereço virtual
pág. 9



Entrevista:
Desembargador
Henrique Herkenhoff
pág. 10

Novas tecnologias no Poder Judiciário de países da América Latina
por Marvin Carvajal Pérez
pág. 16

Entrevista: Ministro Tarso Genro



Isaac Amorim

Ministro da Justiça, Tarso Genro, na abertura oficial do curso de formação de multiplicadores em mediação e técnicas autocompositivas, e lançamento do Manual de Mediação Judicial

Ministro da Justiça do governo de Inácio Lula da Silva desde 2007, Tarso Genro possui longa trajetória política, iniciada com a militância exercida quando cursava Direito em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Após um período de exílio durante o regime militar, retornou ao Brasil, radicando-se em Porto Alegre, onde trabalhou na advocacia defendendo sindicatos e associações profissionais. Eleito vice-prefeito de Porto Alegre e prefeito por duas vezes seguidas, além de deputado federal, concorreu ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Em 2005, foi presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como integrante do governo Lula a partir de 2003, ocupou, ainda, os cargos de secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ministro da Educação e ministro de Relações Institucionais.

Em entrevista ao Boletim da Enfam, o ministro Tarso Genro aborda a atual situação da Justiça em nosso país e os obstáculos que ela enfrenta, a preparação de magistrados, os projetos do Ministério da Justiça voltados para o aperfeiçoamento de juizes, a importância da Enfam e as ações conjuntas entre os dois órgãos, como também questões que têm como foco a punição de crimes e torturas do período militar.

págs. 3 e 4

Novas tecnologias no Poder Judiciário de países da América Latina

por Marvin Carvajal Pérez

“

A informatização dos processos, o emprego de meios de gravação de audiências e a comunicação eletrônica das decisões são passos, entre outros, que o Poder Judiciário de países do mundo inteiro tenta dar, com o intuito de melhorar a qualidade de seu trabalho, em face de uma demanda cada vez maior.

”

A importância do investimento em novas tecnologias da comunicação e informação no Poder Judiciário não é mais contestada. A realidade atual exige seja a Justiça capaz de adaptar-se às novas necessidades sociais, de responder com celeridade e eficácia à demanda de seus serviços por parte dos cidadãos. A informatização dos processos, o emprego de meios de gravação de audiências e a comunicação eletrônica das decisões são passos, entre outros, que o Poder Judiciário de países do mundo inteiro tenta dar, com o intuito de melhorar a qualidade de seu trabalho, em face de uma demanda cada vez maior.

As escolas da magistratura da América Latina devem propiciar, em seus planos de formação e aperfeiçoamento, o uso intensivo dos meios tecnológicos pelos magistrados e magistradas de todos os níveis. Todavia, o emprego de meios da informática no ensino (*e-learning*), bem como de materiais didáticos, de multimídia, permite



às escolas a democratização no acesso aos seus serviços, diminui a quantidade de verbas que seriam investidas na formação dos magistrados e, ainda, proporciona técnicas inovadoras de ensino e de prática profissional.

No contexto da Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ), foi realizada uma pesquisa a respeito da intensidade da brecha digital, ou seja, das diferenças no acesso à tecnologia em centros de formação de oito países: México, República Dominicana, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Venezuela e Brasil.

Os resultados desse estudo revelaram informação de grande utilidade para a tomada de decisões políticas e orçamentárias na área da formação no Poder Judiciário de países da Região. A brecha digital no Judiciário de países da América Latina está presente em diversas questões, como na infraestrutura, no tipo de equipamentos (*hardware*) e de programas (*software*), no desenvolvimento de *campi* virtuais e de textos de multimídia, no treinamento de juízes para o uso de pacotes de informática, no uso de correio eletrônico e no desenvolvimento de redes internas e de sítios próprios na *internet*.

Mesmo nos países com maior desenvolvimento no campo da informática (caso do Brasil, do México, da República Dominicana e da Costa Rica) existem algumas causas que impedem o pleno emprego das novas tecnologias, causas que vão desde a falta de mais cursos de aperfeiçoamento até a ausência de maior divulgação dos recursos internos entre os magistrados.

Em países caracterizados por menor desenvolvimento em informática no Poder Judiciário, os problemas que se apresentam impõem desafios mais intensos, tais como a necessidade de importantes investimentos na aquisição de equipamentos e o desenvolvimento de redes *Lan* e de *web sites*.

Os resultados obtidos nessa análise, coordenada pelas escolas judiciais da Costa Rica e do México, possibilitaram que a Assembleia-Geral da RIAEJ acordasse em manter o Grupo de Trabalho para Redução da Brecha Digital na Justiça. Tal fato propiciou ao Grupo ganhar novos membros, além de ter agora a Enfam como parte de seu conselho diretor, junto com as escolas mexicana e costarricense.

O Grupo deverá, nos dois anos seguintes, executar medidas de cooperação direcionadas à diminuição da magnitude da brecha, objetivando que cada escola compartilhe com as outras suas experiências e boas práticas no uso de novas tecnologias na formação judicial. A solução para grande parte dos desafios regionais que enfrentamos está muitas vezes em nossas próprias mãos. Essa é a razão de ser da Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais.

Marvin Carvajal Pérez é magistrado e diretor da Escola Judicial Lic. Édgar Cervantes Villalta, da Costa Rica.